ANTENA

Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

SÍNTESE SEMANAL DA ATUALIDADE EUROPEIA

**Destinatários:**
Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

**252 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 13 a 17 de outubro de 2025**


**1. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL - POLÍTICA REGIONAL** **1**
Comité das Regiões 1
Parlamento Europeu 2
**2. MÉDIO-ORIENTE: CIMEIRA DE SHARM EL-SHEIK PARA A PAZ** **2**
**3. CONSELHO EUROPEU DE 23 DE OUTUBRO - ANTEVISÃO** **3**
**4. PROGRAMA DE TRABALHO DA COMISSÃO EUROPEIA PARA 2026 - ANTEVISÃO** **3**
**5. DEFESA - REUNIÕES DOS MINISTROS DA NATO E DA UE** **4**
NATO 4
UE 4
**6. COMISSÃO EUROPEIA - PRONTIDÃO NA DEFESA 2030** **5**
**7. COMISSÃO EUROPEIA - PACTO PARA O MEDITERRÂNEO** **5**
**8. PE - REGRAS COMUNS PARA ATRASOS E BAGAGEM DE MÃO** **6**
**9. PE - LOBBYING** **7**
**10. PARLAMENTO EUROPEU - FINALISTAS DO PRÉMIO SAKHAROV** **7**
**11. REUNIÕES DO CONSELHO** **8**
**12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA** **8**
Conselho Europeu 8
Parlamento Europeu 8
Comissão Europeia 8
Conselho da UE 8

## 1. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL - POLÍTICA REGIONAL

No dia 16 de outubro, a Comissão Europeia emitiu um comunicado (aqui) em que *"recorda que a proposta para o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2028-2034, apresentada em 16 de julho, introduz uma arquitetura orçamental mais simples e racionalizada, concebida para responder de forma eficaz aos novos e crescentes desafios da União. Atualmente, a Comissão encontra-se envolvida em trocas construtivas com o Parlamento Europeu e o Conselho, ouvindo e discutindo as suas posições. Estes debates permitirão às instituições analisar em detalhe a proposta e chegar a um consenso sobre o caminho a seguir.*

*A Comissão sublinha que, nesta fase, não especula sobre elementos individuais da proposta nem sobre as posições dos co-legisladores, mantendo-se concentrada em alcançar um resultado equilibrado, moderno e orientado para o futuro, que sirva os interesses de todos os europeus."*

É importante recordar que esta semana ficou marcada por dois desenvolvimentos políticos importantes sobre esta matéria, nomeadamente as fortes críticas à proposta da Comissão Europeia (de que demos nota desenvolvida na Síntese n.º 246), bem como declarações de um dos Vice-Presidentes da Comissão sobre as negociações (notícia do *Politico* aqui).

### Comité das Regiões

Numa reunião conjunta entre a Comissão para a Política de Coesão Territorial e o Orçamento da União Europeia (COTER) do Comité das Regiões e a Comissão do Desenvolvimento Regional (REGI) do Parlamento Europeu (PE), o Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia para a Coesão e as Reformas, Raffaele Fitto, afirmou que **a Comissão está aberta a alterar parte da sua proposta orçamental de dois mil milhões de euros para o período 2028-2034**, nomeadamente no que respeita ao financiamento regional. *"Estamos abertos a melhorar esta parte da proposta"*, declarou Fitto, sublinhando que o diálogo com o Parlamento Europeu é agora *"fundamental e indispensável"* (notícia aqui). Assegurou, ainda, que serão apresentadas *"estratégias dedicadas a áreas prioritárias — cidades e zonas urbanas, regiões fronteiriças orientais, regiões ultraperiféricas, ilhas e comunidades costeiras*", destacando que os fundos de coesão permanecerão sob gestão partilhada e com uma abordagem territorial ("*place-based*").

O presidente da COTER, Vasco Cordeiro (PT/PES), afirmou que *"as regiões e as cidades não podem ser tratadas como descartáveis"*, defendendo "*uma política de coesão forte e uma reforma adequada às necessidades dos territórios"*. Sublinhou que "a Política Agrícola Comum e a Política de Coesão devem avançar lado a lado para o futuro da Europa", apelando a um "compromisso político dos governos nacionais para que ambas sejam tratadas com a mesma importância e segundo as mesmas regras".

Por sua vez, o presidente da REGI, Dragoș Benea (RO/S&D), alertou que o novo modelo de Planos Nacionais e Regionais de Parceria (NRPP) "*alteraria radicalmente a organização dos fundos da política de coesão"*, expressando receio de que a fusão dos vários fundos *"leve à centralização e à competição entre agricultores e regiões, e entre regiões e governos nacionais"*. Reforçou que *"a prioridade é assegurar um modelo de governação inclusivo e baseado na confiança"* e garantiu que o Parlamento *"defenderá uma política de coesão forte, assente nas parcerias e na decisão local"*.

Além disso, durante a 23.ª Semana Europeia das Regiões e Cidades, realizada esta semana, o Comité Europeu das Regiões adotou uma **resolução por unanimidade** (detalhe aqui) apelando ao PE e aos Estados-Membros para que se unam ao seu pedido de revisão da proposta apresentada pela Comissão em 16 de julho.

Importa ainda acrescentar que, em 13 de outubro de 2025, o Comité Europeu das Regiões publicou a sexta edição do Relatório Anual sobre o Estado das Regiões e Cidades da UE (aqui), que oferece uma visão abrangente dos principais desafios que afetam os territórios europeus e das soluções locais que podem orientar as políticas da União. Em consonância com as prioridades políticas do CdR para 2025-2030, o documento

analisa como as regiões e cidades enfrentam a crise climática e energética, a transição demográfica, as necessidades de investimento e os desafios de competitividade e resiliência, sublinhando o papel central das autoridades locais e regionais na concretização das transformações a longo prazo da União.

**Parlamento Europeu**

Esta semana, surgiram igualmente relatos (notícia aqui e aqui) de que alguns dos Grupos Políticos no PE rejeitam a proposta da Comissão na sua forma atual. Siegfried Mureșan, vice-presidente do PPE e co-relator do Parlamento para o QFP 2028-34 (juntamente com a Deputada Carla Tavares, S&D), declarou que *"Esperamos alterações concretas até novembro. Uma rejeição só poderá ser evitada se a Comissão melhorar a sua proposta rapidamente"*, declarou.

A contestação ao modelo de planos nacionais é também partilhada pelo grupo dos Socialistas e Democratas (S&D), cuja líder, Iratxe García, afirmou: *"Somos contra os planos nacionais e contra a renacionalização das políticas europeias."* O Grupo S&D enviou, esta semana, uma **carta** (aqui) à Presidente da Comissão Europeia suscitando os pontos centrais da negociação futura do QFP 2028-34. É possível que alguns destes Grupos Políticos submetam uma proposta de resolução para a sessão plenária de novembro.

## 2. MÉDIO-ORIENTE: CIMEIRA DE SHARM EL-SHEIK PARA A PAZ

A **Cimeira de Sharm El-Sheikh para a Paz**, realizada na estância egípcia homónima, reuniu líderes internacionais com o objetivo de consolidar o acordo de paz para o Médio Oriente e Gaza, baseado no plano de 20 pontos apresentado pelo Presidente dos EUA, Donald Trump (disponível integralmente aqui).

O encontro foi co-presidido por Donald J. Trump e Abdel Fattah El-Sisi, contando com a participação de representantes da União Europeia, das Nações Unidas, da Jordânia, Arábia Saudita, Qatar, Turquia, Israel e da Autoridade Palestiniana, entre outros. Durante a Cimeira, foi assinada a "***Trump Declaration for Enduring Peace and Prosperity"*** (que pode ser lida aqui), um documento que estabelece compromissos quanto ao cessar-fogo, à libertação dos reféns e à reconstrução de Gaza, e que foi subscrito por Donald J. Trump, Abdel Fattah El-Sisi (Egito), Tamim bin Hamad Al-Thani (Qatar) e Recep Tayyip Erdoğan (Turquia).

Na sua intervenção, o Presidente do Conselho Europeu, António Costa, agradeceu aos anfitriões *"pela liderança e hospitalidade"* e prestou homenagem "*às vítimas do terrorismo do ataque de 7 de outubro e às vítimas civis da guerra em Gaza"* (discurso aqui). Destacou que a libertação dos reféns israelitas, "*finalmente reunidos com as suas famílias após mais de dois anos de dor insuportável"*, representa "*um momento de alegria, esperança e celebração, mas também de memória para os que não regressaram"*. Felicitou o Presidente Trump e os mediadores *"pelo sucesso do Plano de Paz"*, reafirmando o empenho da UE na sua implementação e a disponibilidade para integrar o Conselho Internacional para a Paz, responsável pela governação transitória, recuperação e reconstrução.

António Costa salientou que a União Europeia ampliará a sua assistência humanitária, mantendo-se *"o maior doador humanitário dos palestinianos"*, e reforçará o apoio à "*reforma da Autoridade Palestiniana"*, assegurando que Gaza integre "um Estado democrático e livre de terrorismo". Concluiu sublinhando que *"o caminho para uma paz baseada na solução de dois Estados é ainda longo"*, mas que "*hoje estamos unidos no compromisso de o tornar realidade"*, terminando com uma nota de esperança: **"***Juntos ajudaremos a reconstruir Gaza, para que israelitas e palestinianos possam curar-se. Hoje esperamos pela paz. Hoje celebramos a esperança."*

## 3. CONSELHO EUROPEU DE 23 DE OUTUBRO - ANTEVISÃO

O **Conselho Europeu de 23 de outubro**, convocado por António Costa, Presidente desta instituição, reunirá os Chefes de Estado e de Governo em Bruxelas para discutir uma agenda centrada na **Ucrânia, defesa, competitividade, habitação e Médio Oriente**, além da **migração** e da situação económica da zona euro (a carta de convite está disponível aqui).

O debate sobre a **Ucrânia** abrirá a reunião, com a participação do Presidente Volodymyr Zelensky, e abordará o reforço do apoio europeu, incluindo novas opções de financiamento com base nos ativos russos imobilizados. António Costa sublinha que "*o apoio à Ucrânia e a pressão sobre a Rússia permanecem os dois requisitos essenciais para uma paz justa e duradoura*".

Na área da **defesa**, os líderes transformarão as discussões iniciadas no Palais d'Egmont e em Copenhaga em compromissos concretos sobre capacidades e governação comum, apoiando-se no *Roteiro para a Prontidão da Defesa Europeia 2030*. O Presidente do Conselho Europeu defende o reforço da Agência Europeia de Defesa e uma resposta coordenada às ameaças híbridas e incursões aéreas.

Em matéria de **competitividade e dupla transição**, os debates incidirão na simplificação legislativa, na conciliação entre objetivos climáticos e competitividade industrial, e na soberania digital europeia, com o objetivo de garantir que a Europa "*protege a sua infraestrutura digital e reforça o seu ecossistema tecnológico*".

A reunião incluirá ainda uma **Cimeira do Euro** com Christine Lagarde e Paschal Donohoe, centrada na situação económica, no reforço do papel internacional do euro e no euro digital.

António Costa introduziu também o tema da **habitação acessível**, destacando a sua importância social e económica. O debate procurará definir como a UE pode apoiar os esforços nacionais e orientar o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis.

Quanto ao **Médio Oriente**, o Conselho analisará o papel da UE na reconstrução de Gaza e no apoio a uma paz duradoura baseada na solução de dois Estados, após "*dois anos de guerra e sofrimento humano*". Finalmente, os líderes voltarão a abordar a migração, dando seguimento aos trabalhos em curso com base numa carta da Presidente Ursula von der Leyen. A reunião começará às 10h00, com a tradicional troca de impressões com a Presidente do Parlamento Europeu.

Importa dar nota de que o *Politico* disponibilizou uma versão do projeto de Conclusões do Conselho Europeu, disponível aqui.

## 4. PROGRAMA DE TRABALHO DA COMISSÃO EUROPEIA PARA 2026 - ANTEVISÃO

A Comissão Europeia deverá apresentar, na próxima semana, o seu **Programa de Trabalho para 2026.** Segundo um draft obtido pelo Politico (disponível aqui), o Programa deverá apresentar 32 novas iniciativas em 2026 e terá como título *"O Momento de Independência da Europa"*.

Entre as medidas previstas figuram atualizações às regras de contratação pública, uma proposta legislativa abrangente de desregulamentação nos domínios fiscal e energético, e um roteiro para o mercado único até 2028. O documento ainda se encontra incompleto, faltando a lista das propostas legislativas que deverão ser retiradas ou revistas.

## 5. DEFESA - REUNIÕES DOS MINISTROS DA NATO E DA UE

### NATO

Na sequência das recentes violações do espaço aéreo da NATO por drones e aeronaves russas, os ministros da Defesa da Aliança reuniram-se em Bruxelas para reforçar a dissuasão e defesa aérea, com especial atenção ao flanco oriental (detalhe aqui). O Secretário-Geral, Mark Rutte, anunciou um pacote alargado de medidas anti-drones, afirmando que "*a NATO implementará várias medidas adicionais que reforçarão, alargarão e acelerarão a nossa capacidade de combater drones*" (informação da reunião aqui). Inspiradas na cooperação entre nove Aliados e a Ucrânia, que recentemente apoiaram a Dinamarca contra ameaças híbridas, as novas medidas incluem um mecanismo de coordenação anti-drones, testes de novas tecnologias e aquisição rápida de capacidades sustentáveis, em estreita cooperação com a União Europeia, que deverá desenvolver o seu próprio *"muro de drones"* até 2027.

As iniciativas incidem sobretudo sobre drones de pequena dimensão (classe 1) e incluem a criação de uma task force *"X"*, um concurso tecnológico da agência DIANA e o lançamento de um fórum civil-militar anti-drones. O Comando Aliado de Transformação (ACT) coordenará a iniciativa LCI-X, destinada a identificar e testar tecnologias acessíveis e eficazes, numa lógica de adaptação contínua. Os primeiros testes terão lugar na Estónia, com novas fases até ao final do ano. Vários ministros sublinharam ainda a importância de uniformizar as regras de intervenção aérea: o neerlandês Ruben Brekelmans defendeu uma harmonização das normas, o finlandês Antti Häkkänen pediu "*um esforço coordenado*", e o sueco Pål Jonson afirmou que *"se alguém violar o nosso espaço aéreo, nós defender-nos-emos"*. O romeno Liviu-Ionuț Moșteanu e o alemão Alexander Dobrindt confirmaram novas autorizações legais para abater drones ou aeronaves intrusas. Em síntese, e como resumiu Mark Rutte: *"A NATO é e continuará a ser uma Aliança defensiva. Mas não se enganem — esta Aliança está pronta e disposta a fazer o que for necessário para proteger o nosso território e mil milhões de pessoas."*

### UE

O Conselho de Ministros da Defesa da UE, reunido a 15 de outubro de 2025, dedicou-se à preparação do Roteiro Europeu para a Prontidão da Defesa até 2030 (cfr. ponto 5, *infra*), um plano estratégico que definirá objetivos claros, metas concretas e etapas mensuráveis para garantir que a União Europeia atinja uma plena capacidade de defesa até ao final da década (detalhe aqui).

As discussões centraram-se em três eixos principais: colmatar rapidamente as lacunas nas capacidades militares, identificar os grandes projetos europeus de referência e reforçar a cooperação com a Ucrânia no domínio da defesa.

A Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Kaja Kallas, que presidiu à reunião, destacou que se trata de "*um roteiro com objetivos concretos, metas concretas e marcos concretos sobre como alcançar a prontidão da defesa até 2030*". Sublinhou também o princípio de liderança nacional, segundo o qual *"os Estados-Membros assumem a liderança em nove áreas de capacidades distintas*", reforçando a ideia de uma partilha equilibrada de responsabilidades entre os países da União.

Mais informações e documentos oficiais podem ser consultados nas seguintes páginas do Conselho da União Europeia: Boosting European defence expenditure (background information), EU defence in numbers (background information), bem como a Nota informativa.

## 6. COMISSÃO EUROPEIA - PRONTIDÃO NA DEFESA 2030

A Comissão Europeia e a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança apresentaram, em 16 de outubro de 2025, o Roteiro para a Preservação da Paz – Preparação para a Defesa 2030, um plano que visa reforçar as capacidades de defesa europeias, colmatar lacunas estratégicas e acelerar o investimento conjunto. Segundo Ursula von der Leyen, "a Europa está em risco" e deve "proteger cada cidadão e centímetro quadrado do seu território com unidade e determinação".

O Roteiro da Defesa 2030 estrutura-se em torno de quatro iniciativas emblemáticas — a Iniciativa Europeia de Defesa contra Drones, a Vigilância do Flanco Oriental, o Escudo Aéreo Europeu e o Escudo Espacial Europeu — que reforçarão a capacidade da Europa para agir e se defender em todos os domínios: terrestre, marítimo, aéreo, cibernético e espacial. O plano propõe também a criação de coligações de capacidades em nove áreas-chave, incluindo defesa antimísseis, mobilidade militar, guerra eletrónica, ciberdefesa e sistemas de drones e contra-drones, garantindo maior interoperabilidade e prontidão operacional conjunta.

A Alta Representante Kaja Kallas salientou que "a defesa é um pré-requisito para preservar a paz" e que é tempo de transformar "o poder económico da Europa em força militar". O Comissário Andrius Kubilius afirmou que o plano marca "um verdadeiro big bang nas despesas e na produção de defesa", promovendo inovação, contratação pública e coprodução com a Ucrânia.

Integrado no Plano ReArm Europe/Readiness 2030, o roteiro proporciona maior flexibilidade financeira aos Estados-Membros para investir na defesa, apoiado pela cláusula de derrogação do Pacto de Estabilidade e pelo empréstimo SAFE. O objetivo é garantir que, até 2030, a União disponha de forças armadas preparadas, uma indústria de defesa robusta e uma capacidade comum de dissuasão e resposta, preservando a paz e a segurança europeias.

Importa dar nota de que, segundo o projeto de conclusões do Conselho Europeu de 23 de outubro (cfr. ponto 3, supra), a **Agência Europeia de Defesa (EDA)** prepara-se para assumir um papel central no esforço de rearmamento da União Europeia. Caberá à Agência a "*operacionalização*" das prioridades definidas a nível da União, no âmbito do Roteiro para a Prontidão da Defesa 2030 e dos quatro projetos emblemáticos mencionados.

## 7. COMISSÃO EUROPEIA - PACTO PARA O MEDITERRÂNEO

A Comissão Europeia e a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança apresentaram, a 16 de outubro de 2025, o ***Pacto para o Mediterrâneo – Um Mar, Um Pacto, Um Futuro***, uma nova estratégia para aprofundar as relações entre a União Europeia e os países do Sul do Mediterrâneo. O Pacto visa construir um espaço comum mediterrânico interligado, próspero e seguro, assente em copropriedade, cocriação e responsabilidade partilhada. Segundo Kaja Kallas, "*a importância geopolítica do Mediterrâneo não*

*pode ser exagerada"*, lembrando que esta região "*liga três continentes e funciona como uma ponte vital para os intercâmbios entre pessoas, economias e segurança*" (detalhe aqui).

O Pacto está estruturado em três pilares complementares e procura uma visão integrada para a região.

O primeiro pilar, "***As pessoas como força motriz da mudança***", aposta na educação, formação e mobilidade, com o objetivo de promover o emprego, a capacitação dos jovens e o diálogo intercultural. Destaca-se a criação de uma Universidade Mediterrânica, que ligará estudantes de todas as margens do mar, e o reforço dos ecossistemas de ensino e formação profissional, incluindo a valorização do património cultural e o apoio à economia criativa e ao turismo sustentável.

O segundo pilar, "***Economias mais fortes, mais sustentáveis e integradas***", centra-se na modernização das relações comerciais e de investimento, na transição energética e digital e no reforço da resiliência hídrica e agrícola. Inclui projetos emblemáticos como a iniciativa transmediterrânica para as energias renováveis e tecnologias limpas (T-MED) e a StartUp4Med, destinados a fomentar a inovação e o empreendedorismo. Visa ainda integrar cadeias de abastecimento regionais, promover a economia azul e assegurar uma conectividade digital fiável e inclusiva entre as duas margens do Mediterrâneo.

O terceiro pilar, "***Segurança, preparação e gestão da migração***", procura reforçar a cooperação regional em matéria de paz, segurança e gestão de fronteiras, promovendo uma abordagem comum e equilibrada à migração. Inclui iniciativas para aumentar a resiliência a catástrofes, combater o tráfico de migrantes e melhorar a preparação e resposta a crises. Está prevista ainda a criação de um fórum regional sobre paz e segurança, reunindo a UE e os países parceiros do Sul. Para mais informações: Comunicação conjunta; Ficha informativa e O Pacto para o Mediterrâneo

## 8. PE - REGRAS COMUNS PARA ATRASOS E BAGAGEM DE MÃO

A Comissão dos Transportes do PE aprovou, por unanimidade (34 votos a favor e 2 abstenções), a sua posição sobre a reforma dos direitos dos passageiros aéreos, **mantendo o direito à indemnização por atrasos a partir das três horas e propondo o transporte gratuito de uma bagagem de mão até 7 kg, dentro de dimensões máximas de 100 cm (texto aqui)**. A decisão contrasta fortemente com as posições da Comissão Europeia e do Conselho da União Europeia, que propõem alargar o limiar de atraso para compensação, o que antecipa negociações complexas nos trílogos. Segundo o relator Andrey Novakov (PPE), *"não aceitaremos um aumento para mais de três horas, após as quais o passageiro tem direito à compensação"*, posição corroborada por Jan-Christoph Oetjen (Renew Europe), que advertiu que "subir para quatro horas retira direitos a dois terços dos passageiros" (notícia aqui).

O texto do Parlamento, que também aumenta a compensação mínima para 300 euros em caso de grande atraso ou cancelamento, é fortemente criticado pela indústria da aviação. A associação Airlines for Europe (A4E) — que representa companhias como Lufthansa, Air France-KLM, Ryanair e IAG — classificou a proposta como "*irrealista*", defendendo que alargar o limite para cinco horas reduziria em 40% o número de compensações e permitiria às companhias evitar cancelamentos desnecessários. Segundo o presidente executivo da KM Malta Airlines, David Curmi, *"a regra das três horas penaliza as companhias que fazem tudo para evitar cancelamentos, quando, na verdade, os passageiros preferem um voo atrasado a um voo cancelado".*

A proposta parlamentar inclui ainda o direito a um cartão de embarque em formato digital ou em papel e o transporte gratuito de bagagem de cabine em todas as companhias, incluindo as de baixo custo. Em contrapartida, o Conselho da UE e a Comissão apoiam um modelo mais restritivo, limitando o direito gratuito a uma pequena mala sob o assento.

## 9. PE - LOBBYING

A Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores (IMCO) do Parlamento Europeu aprovou a sua posição sobre a **nova diretiva relativa à transparência das atividades de representação de interesses por países terceiros**, que visa para reforçar a confiança pública e prevenir interferências estrangeiras nos processos democráticos da UE. A proposta responde a preocupações crescentes com a influência de fundos e atores externos no processo de decisão europeu e visa estabelecer um quadro harmonizado de transparência, sem impor encargos excessivos nem restringir o envolvimento legítimo da sociedade civil (detalhe aqui).

As novas regras aplicar-se-ão às atividades de representação de interesses remuneradas, destinadas a influenciar políticas, legislação ou decisões da UE — incluindo reuniões, conferências, campanhas de comunicação (inclusive nas redes sociais), contributos para consultas públicas, pareceres políticos e estudos. Estão excluídas funções diplomáticas, atividades mediáticas, aconselhamento jurídico e investigação académica, bem como financiamento de base ou doações não diretamente relacionadas com lobbying. O Parlamento introduziu salvaguardas para proteger as organizações da sociedade civil (OSC) e evitar que a diretiva seja usada para estigmatizar entidades legítimas, distinguindo-se assim de leis de "*agentes estrangeiros*" em vigor noutros países.

A diretiva prevê **a criação de registos nacionais obrigatórios geridos por autoridades independentes**, que assegurarão a exatidão e imparcialidade das informações prestadas. Estes registos serão interligados por um portal europeu comum, garantindo transparência sem gerar desconfiança generalizada. Segundo a relatora Adina Vălean (PPE, Roménia), "*os cidadãos querem saber de quem vêm as vozes e o dinheiro que moldam as nossas leis. Esta diretiva não impõe culpa, apenas divulgação*", sublinhando que "*81% dos europeus estão preocupados com a influência de dinheiro de países terceiros nas decisões da UE*".

O *think-tank* do PE disponibilizou um briefing muito completo sobre este tema, disponível aqui, e a ligação para o processo legislativo está disponível aqui)

A proposta foi aprovada com 35 votos a favor, 4 contra e 8 abstenções, e será debatida e votada em plenário entre 24 e 27 de novembro, em Estrasburgo. Após a adoção das posições pelo Parlamento e pelo Conselho, terão início as negociações interinstitucionais. Atualmente, apenas 16 Estados-Membros possuem legislação sobre atividades de lobbying, o que cria desigualdades regulatórias e distorções de concorrência. A nova diretiva pretende harmonizar estas regras a nível europeu, garantindo transparência, responsabilidade democrática e proteção das instituições da UE contra interferências externas.

## 10. PARLAMENTO EUROPEU - FINALISTAS DO PRÉMIO SAKHAROV

As Comissões dos Assuntos Externos e do Desenvolvimento do PE selecionaram os **três finalistas do Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento 2025,** a mais alta distinção da União Europeia em matéria de direitos humanos (detalhe aqui).

Os finalistas são: os jornalistas presos Andrzej Poczobut (Bielorrússia) e Mzia Amaglobeli (Geórgia); os jornalistas e trabalhadores humanitários na Palestina e em zonas de conflito, representados pelo Sindicato dos Jornalistas Palestinianos, o Crescente Vermelho e a UNRWA; e os estudantes sérvios, reconhecidos pelo seu papel na defesa da democracia. O prémio distingue, desde 1988, personalidades e organizações que contribuem de forma notável para a defesa dos direitos humanos, da liberdade de expressão e dos valores democráticos, tendo entre os seus laureados nomes como Nelson Mandela, Malala Yousafzai e Denis Mukwege.

A escolha do laureado de 2025 caberá à Conferência dos Presidentes, composta pela Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, e pelos líderes dos grupos políticos, sendo o vencedor anunciado em 22 de outubro de 2025, durante a sessão plenária em Estrasburgo. A cerimónia de entrega do prémio, dotado de 50 000 euros, terá lugar em 16 de dezembro de 2025, também em Estrasburgo.

## 11. REUNIÕES DO CONSELHO

Tiveram lugar as seguintes reuniões: 13 de outubro - Conselho (Justiça e Assuntos Internos) sobre Justiça; 13 e 14 de outubro - Reunião informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros; Conselho (Justiça e Assuntos Internos) sobre Assuntos Internos; 15 de outubro - Conselho dos Negócios Estrangeiros (Defesa).

## 12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

### Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível aqui.

### Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à sessão plenária do PE, em Estrasburgo. Destaques: debate sobre o Acordo de paz no Médio Oriente e o papel da UE; antevisão do Conselho Europeu de outubro; debate sobre o programa de trabalho da Comissão para 2026; Vencedor do Prémio Sakharov 2025; discursos de Sergey Tsikhanousky e Sviatlana Tsikhanouskaya, líderes da oposição bielorrussa; financiamento para a Ucrânia e utilizar os bens russos congelados; votação sobre duas leis sobre monitorização das florestas; posição para a COP30.

### Comissão Europeia

A próxima reunião terá lugar a 21 de outubro, destacando-se a apresentação do Programa de Trabalho da Comissão para 2026.

### Conselho da UE

O calendário está disponível e terão lugar as seguintes reuniões: 20 de outubro - Conselho sobre Energia e Conselho dos Negócios Estrangeiros; 21 de outubro - Conselho (Ambiente) e Conselho dos Assuntos Gerais.

Bruxelas | 17 de outubro de 2025

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro, Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada aqui).

Pode consultar as Sínteses anteriores aqui